

## Coluna do Castello

### Dos problemas penderentes

O problema político e institucional da Constituinte não ficou de todo resolvido com a redução do mandato do presidente da República. Estão em suspenso, penderentes do voto do plenário, o sistema de governo e o momento da implantação do parlamentarismo, se prevalecer essa opção contra a qual se mobilizam os presidencialistas com maior poder de fogo. Nem mesmo o problema do presidente José Sarney está resolvido, pois se o plenário ratificar a introdução do governo de gabinete para o dia 1º de março, os planos atuais do presidente se dissolvem. Ele não poderá se dedicar à administração, como promete, pois esse poder será transferido ao conselho de ministros. Irão por terra seus projetos, sua disposição de ignorar os partidos, pois terá de indicar de acordo com eles o primeiro-ministro, e a ferrovia Norte-Sul perderá o padrinho. O gabinete do PMDB não utilizaria para tal fim a verba orçamentária já inscrita.



Há entre os constituintes tendências para negociações marginais, visando a salvar o parlamentarismo do impacto da sucessão presidencial que já vai se pondo nos bastidores. Tenta-se a implantação do novo sistema para depois do mandato do sr José Sarney e até mesmo seu adiamento para 1991, a fim de que o seu sucessor possa saciar-se num governo presidencialista de dois anos e então atender ao sonho das elites políticas inaugurando o sistema do governo de gabinete. Isso tudo está no terreno da especulação, pois, como lembrou o sr Amaral Neto, dissolveram-se na prática as lideranças partidárias e a realidade do plenário deverá ser a formação em dois blocos ou a renovação a cada momento de blocos em defesa desse ou daquele dispositivo.

O que acontecerá a respeito do sistema de governo ainda é imprevisível, muito embora deva-se estar atento à obra paciente do sr Ulysses Guimarães, que retoma segunda-feira seu poder tutelar sobre a Constituinte, cabendo-lhe encaminhar a solução menos traumática para o país. Ele ainda não considera definitivo o parlamentarismo nem o mandato de quatro anos. Quanto a essa segunda parte, sua intenção seria antes a de homenagear o presidente do que a de contemplar a realidade dos fatos. Trabalhar pelo presidencialismo é o que ele pode fazer e, se encontrar dificuldades no seu partido, negociará sem dúvida um prazo de implantação do novo sistema que seja menos problemático.

Quanto ao Centrão cabe-lhe ainda demonstrar seu poder de fogo. Não lhe basta ter a maioria para reformar o regimento da Assembleia. É preciso que seus coordenadores definam uma pauta de unidade e que, sobre ela, se transfira a um líder o comando efetivo do grupo para que sua ação seja eficaz nos longos debates de um plenário por natureza flutuante e sujeito a pressões de tipo variado. A figura do líder do Centrão ainda não emergiu. A dissidência do PMDB tem no deputado Roberto Cardoso Alves seu nome mais conhecido mas parece faltar-lhe no trato parlamentar a sutileza e a flexibilidade para improvisar no curso rápido do processo de decisões. O sr Amaral Neto, que é um duro, lidera uma bancada menor e por isso mesmo não alcançaria o privilégio da liderança. Quanto aos antigos líderes do governo e do Centro Democrático, eles deixaram seus correligionários frustrados quando não conduziram com êxito a alegada maioria de que diziam dispor na Comissão de Sistematização. Tal maioria lhes escorreu por entre os dedos sem que nada pudessem fazer. Outros poderes mais altos se alevantaram.

Voltando ao sistema de governo, o que mais pesa hoje contra o parlamentarismo não é a vocação da maioria mas o peso dos candidatos à Presidência da República, nenhum deles disposto a disputar um título protocolar na base do voto do eleitorado. Não seriam necessários 40 milhões de votos para representar o Estado nas festividades e nas visitas protocolares ao exterior, satisfazendo a vaidade do titular com a designação de embaixadores, pendente de aprovação do Senado, e o referendo de decisões dos altos comandos militares quanto à promoção de oficiais-generais. Os srs Aureliano Chaves, que já condicionou expressamente sua candidatura à adoção do presidencialismo, Franco Montoro, Orestes Quercia, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães só disputariam a Presidência para valer. É possível que o senador José Richa, por coerência, se submeta ao sacrifício, mas ciente, nesse caso, de que enfrentará nas ruas candidatos, como o sr Brizola, dispostos a derrubar o sistema de governo, por enquanto preservado pelo prazo de cinco anos de carência.

### Um problema menor

Embaraça-se o presidente com um problema menor, a organização da sua equipe de comunicadores sociais e a escolha do seu porta-voz. O que ele teria a fazer, como chefe de um governo democrático, seria libertar-se dos instrumentos armados sob suas ditaduras, a do Estado Novo e a dos militares. A primeira legou ao país o DIP e seus instrumentos, como a Agência Nacional, hoje chamada EBN. Por mais bem administrada que tenha sido pelo jornalista Rui Lopes, trata-se de um veículo prescindível numa estrutura democrática. A segunda legou a AERP, que chegou a ter status de ministério no começo do governo Figueiredo, e hoje está cuidadosamente preservada do exercício da função de porta-voz presidencial.

De tudo o que deveria restar seria a Secretaria de Imprensa, cujo titular sequer precisa ser jornalista, com um secretário e alguns auxiliares que lhe instrumentassem o exercício da missão.

Carlos Castello Branco